

Objecções ao uso da inferência da melhor explicação como justificação do teísmo: uma crítica a Wilko van Holten

Objections to the use of the inference to the best explanation as a justification of theism: a critique to Wilko van Holten

Gabriel Chiarotti Sardi

Mestrando em Filosofia pela UEL
Bolsista CAPES
gabrielchi@hotmail.com

Resumo: Em Filosofia da Religião, embora não muito comum, alguns autores buscaram se utilizar do clássico argumento, próprio da Filosofia da Ciência, conhecido como Inferência da Melhor Explicação (*Inference to the Best Explanation* – IBE) como uma ferramenta útil para debates sobre a justificação da crença na existência ou inexistência de Deus. Dentre tais autores, podemos encontrar o filósofo Wilko van Holten (2002), o qual buscou inferir que o teísmo, de acordo com IBE, poderia ser considerado como uma melhor explicação diante do cientificismo para o crente teísta. A questão é que IBE pressupõe uma avaliação entre hipóteses rivais e a seleção da melhor alternativa explicativa é baseada em um princípio de cunho pragmático denominado *conhecimento anterior*. Argumentarei que IBE, embora pareça um *slogan* interessante para a discussão de van Holten, não foi devidamente empregada pelo autor, visto que van Holten desconsiderou o papel do conhecimento anterior, bem como o real processo seletivo de IBE.

Palavras-chave: Filosofia da Religião; Inferência da Melhor Explicação; Justificação; Epistemologia da Religião; Conhecimento Anterior.

Abstract: *In Philosophy of Religion, although not very common, some authors have tried to use the classic argument, typical of Philosophy of Science, known as Inference to the Best Explanation (IBE) as a useful tool for debates about the justification of the belief in the existence or non-existence of God. Among these authors, we can mention the philosopher Wilko van Holten (2002), who sought to infer that theism, according to IBE, could be considered a better explanation than scientificism to the theistic believer. The point is that IBE presupposes an evaluation between rival hypotheses and the selection of the best explanatory alternative is based on a pragmatic principle called background knowledge. I will argue that IBE, although it seems an interesting slogan for the discussion*

of van Holten, was not properly used by the author, since van Holten disregarded the role of background knowledge, as well as the real selection process of IBE.

Keywords: *Philosophy of Religion; Inference to the Best Explanation; Justification; Epistemology of Religion; Background Knowledge.*

Introdução

A questão acerca da existência ou inexistência de Deus, bem como a justificação da crença ou da descrença no divino, são dois dos principais motes da Filosofia da Religião. Podemos encontrar inúmeros textos repletos de sólidos e complexos argumentos buscando justificar a crença na existência ou na inexistência de Deus, ora buscando tornar razoável a aceitação da fé (SWINBURNE, 2015; PLANTINGA, 2018), ora buscando mostrar ser irracional possuí-la (OPPY, 2013; 2018). Não é incomum, entretanto, encontrarmos filósofos da religião que buscam argumentos em outras áreas e disciplinas da Filosofia com a finalidade de reinterpretá-los para seus fins pretendidos. Um desses casos é o uso que a Inferência da Melhor Explicação (*Inference to the Best Explanation* – IBE), afamado argumento da Filosofia da Ciência contemporânea, passou a ter na abordagem do filósofo Wilko van Holten como uma forma de defesa da legitimação da crença teísta por parte do próprio crente teísta.

A argumentação do autor, em linhas gerais, procura esclarecer que o papel explicativo da crença teísta (mais precisamente do teísmo cristão) funciona como uma inferência da melhor explicação para o crente diante do conjunto de evidências disponíveis que podem corroborar tal crença (desde que se adote previamente uma visão de mundo marcadamente teísta).

Apesar da contribuição de van Holten ser importante para esclarecer como funciona, em tese, a justificação da fé por parte do próprio crente, tal justificação não pode ser considerada estritamente como um modelo do argumento de IBE, pois viola princípios importantes que caracterizam e legitimam o emprego dessa forma de raciocínio. O erro do autor, em linhas gerais, assenta-se no fato de ter ignorado que IBE não pode operar em situações onde há uma petição de princípio condicionante, pois esse tipo de raciocínio exclui a seletividade proposta por IBE, além do fato de também ter desconsiderado que a categoria do *conhecimento anterior* (*background knowledge*) - princípio moderador da seletividade de IBE - trata-se de um princípio de cunho puramente pragmático que não pode ser aplicado em casos nos quais não há uma continuidade efetiva de resultados práticos na dinâmica de produção do conhecimento ou em raciocínios em que as hipóteses não são passíveis de falibilismo.

Por essas razões, argumentarei, basicamente, que van Holten desconsiderou o real papel seletivo de IBE e, embora reconheça que a legitimação de IBE apele para a virtude do conhecimento anterior, sua argumentação nada mais é do que um mero *slogan*. Portanto, para uma compreensão adequada dos limites do uso de IBE e por quais razões a adoção do teísmo, segundo a interessante análise de van Holten, não se configura como uma forma desse argumento, apresentarei, adiante, na primeira seção um breve panorama histórico e metodológico sobre IBE. Na segunda seção realizarei

uma síntese instrumental do artigo supracitado de van Holten a fim de elucidar suas teses centrais que serão abordadas criticamente no presente trabalho. Na terceira e última seção buscarei justificar as motivações das minhas críticas ao autor, pautado nos princípios epistêmicos de IBE. Por fim, na conclusão, proponho um balanço geral do que foi apresentado neste artigo.

Inferência da Melhor Explicação

Em Filosofia da Ciência, sobretudo no debate entre Realismo e Antirrealismo Científicos¹, é comum encontrar discussões sobre o uso do argumento conhecido como Inferência da Melhor Explicação (muitas vezes também erroneamente chamado de *Abdução* ou *raciocínio abduutivo*²) tratando da justificação de entidades inobserváveis na ciência³ (HARMAN, 1965; THAGARD, 1978; LIPTON, 2004), ou buscando legitimar a própria adoção da postura epistêmica e metacientífica do Realismo Científico (PSILLOS, 2000; LIPTON, 2010)⁴.

A origem do argumento se remonta ao artigo homônimo do filósofo Gilbert Harman publicado em 1965 no *The Journal of Philosophy*⁵. A intenção do autor nesse texto não foi propriamente a de se inserir no debate acerca do Realismo Científico (SILVA e MINIKOSKI, 2016, p. 138), mas sim a de apresentar uma forma de raciocínio que fundamentasse o processo inferencial (tanto na ciência quanto na vida comum) para além do raciocínio indutivo. Em linhas gerais, o objetivo central de Harman foi o de evidenciar a existência de certos pressupostos que nos guiam ao inferirmos determinada hipótese sem isso se configurar como uma forma generalizada de indução enumerativa. O filósofo chamou essa forma de raciocínio como *inferência da melhor explicação*.

Darei agora mais uma razão para descrevermos as nossas inferências como casos de inferência da melhor explicação ao invés de casos de indução enumerativa. Descrever nossa inferência como indução enumerativa encobre o fato de que nossa inferência faz uso de certos pressupostos, ao passo que, como eu mostro

1 O debate do Realismo e Antirrealismo Científicos diz respeito a posturas epistêmicas diante da ciência. Enquanto um realista acredita que as teorias científicas são verdadeiras, bem como as entidades inobserváveis postuladas por elas; o antirrealista afirma que o objetivo da ciência não é oferecer teorias verdadeiras e nem que as entidades inobserváveis são ontologicamente passíveis de crença. É mister ressaltar que existem diversos graus e modos de realismo e antirrealismo no debate, cada qual com suas concepções e perspectivas acerca da natureza da ciência.

2 Sobre as divergências entre a Inferência da Melhor Explicação aos moldes de Gilbert Harman ou de Peter Lipton e a Abdução de Charles S. Peirce, ver: "*On the distinction between Peirce's abduction and Lipton's Inference to the best explanation*" (CAMPOS, 2011).

3 Entidades inobserváveis são os elementos componentes de uma teoria científica que não são passíveis de observação empírica, seja através de observação direta ou mediada por instrumentos. Tais elementos, embora inobserváveis, são inferidos por desempenharem papéis-chave nas redes teóricas, permitindo seu sucesso explicativo. Podemos citar como exemplos de entidades inobserváveis o *elétron* na Física e o *gene* na Biologia.

4 Para um panorama sobre o papel de IBE como raciocínio legitimador da inferência de entidades inobserváveis na ciência, ver: *O Problema da Aceitação de Teorias e o Argumento da Inferência da Melhor Explicação* (SILVA, 2011). Já para uma visão geral sobre a relação de IBE com o Realismo Científico, ver: *Realismo e Inferência da Melhor Explicação* (SILVA et. al., 2018).

5 As citações referentes a esse artigo aqui mencionadas se remetem à tradução efetuada por Silva e Lima em 2018.

abaixo, descrever a inferência como uma inferência da melhor explicação expõe esses pressupostos. Esses pressupostos intermediários ocupam um papel na análise do conhecimento baseado na inferência. Portanto, se queremos compreender esse conhecimento, devemos descrever nossa inferência como inferência da melhor explicação. (HARMAN, 2018, p. 328)

Segundo Harman, quando estamos diante de um problema a ser explicado, buscamos selecionar, baseados em nossos pressupostos, dentre um conjunto de alternativas rivais, aquela que melhor soluciona a questão – a *melhor explicação* – e então inferimos seu valor de verdade pautados em seu sucesso explicativo.

Ao inferir a melhor explicação se infere, do fato de que uma certa hipótese explicaria a evidência, a verdade desta hipótese. Em geral várias hipóteses podem explicar a evidência, por isso devemos ser capazes de rejeitar todas hipóteses alternativas antes de estarmos seguros ao fazer a inferência. Portanto se infere, da premissa de que uma dada hipótese forneceria uma “melhor” explicação para a evidência do que quaisquer outras hipóteses, a conclusão de que esta determinada hipótese é verdadeira. (HARMAN, 2018, p. 326)

Partindo da citação supramencionada, a fim de facilitarmos a compreensão do raciocínio harmaniano, podemos formatá-lo da seguinte maneira⁶ (SILVA, 2011, p. 274):

1. um fenômeno F deve ser explicado;
2. a hipótese H explica melhor F do que outras hipóteses rivais;
3. conclusão: H é passível de crença em sua verdade.

Embora seja uma interessante forma de elucidar o processo de seleção de alternativas, uma das problemáticas centrais de IBE é definir em que consiste a *melhor explicação* ou quais as características que fazem de uma alternativa a melhor explicação disponível. O próprio Harman notou essa particularidade e embora não tenha se proposto a respondê-la, visto ser uma questão secundária que varia de acordo com o critério previamente adotado, indicou possíveis elementos que geralmente são utilizados para definir uma *melhor explicação* na ciência:

Há, é claro, um problema a respeito de como julgar que uma hipótese é suficientemente melhor que outra hipótese. Tal julgamento, presumivelmente, estará baseado em considerações tais como: qual hipótese é mais simples, qual é mais plausível, qual explica mais, qual é menos *ad hoc* etc. Eu não desejo negar que há um problema de explicar a natureza exata dessas considerações; porém, não me manifestarei mais sobre este problema. (HARMAN, 2018, p. 326)

Todavia, foi o filósofo Paul Thagard (1978) que se dedicou a examinar profundamente quais são os elementos utilizados na ciência para definir que uma hipótese ou teoria é melhor do que as suas rivais. Podemos sintetizar as virtudes elencadas por Thagard em três noções gerais:“(i) consiliência (maior número de fatos importantes explicados por uma hipótese); (ii) simplicidade (menor número de hipóteses *ad hoc* empregadas por uma hipótese); (iii) analogia (relação com conhecimentos já consolidados)” (SILVA, 2017, p. 127)

⁶ Não é incomum, entretanto, também nos depararmos com a formatação elaborada por Alexander Bird: “Dada a evidência adequada, se *h* é claramente a melhor explicação potencial da evidência, então é racional inferir 3 que *h* é claramente a explicação real da evidência, isto é, que *h* é verdadeira” (BIRD, 1999, p. 26).

No geral, o que podemos ver é que a natureza de IBE exprime um processo seletivo e avaliativo entre alternativas rivais, selecionando a melhor alternativa de acordo com alguns critérios epistêmicos pautados em algum pressuposto justificativo assumido pelo sujeito previamente para avaliar tais virtudes, assegurando, dessa forma, a garantia da escolha da melhor explicação. A questão que se apresenta é, portanto, definir especificamente o que é e qual a natureza de tal pressuposto.

O filósofo realista Stathis Psillos (1996), ao buscar responder a uma contundente crítica à IBE feita pelo filósofo antirrealista Bas van Fraassen⁷, forneceu uma definição da natureza do pressuposto guia de IBE: o pressuposto base, segundo Psillos, é o *conhecimento anterior estabelecido*, isto é, toda a carga teórica da ciência legada por sucessivas gerações que precederam ao sujeito e foram afunilando, através de testes justificados pelo conhecimento anterior antecedente, as alternativas disponíveis, legando, ao final, somente as hipóteses mais prováveis ou mais próximas da verdade⁸.

A partir da clarificação da natureza do pressuposto de IBE e de como ele opera, podemos reformular o argumento incluindo mais uma premissa da seguinte forma (SILVA, 2011, p. 277):

1. uma evidência E deve ser explicada;
2. a hipótese H explica melhor E do que outras hipóteses rivais;
3. H está de acordo com o conhecimento anterior estabelecido;
4. conclusão: H é passível de crença em sua verdade e as entidades inobserváveis postuladas por H podem ser inferidas.

Embora Psillos tenha se referido especificamente às teorias científicas em sua assertiva sobre a natureza dos pressupostos de IBE (visto a discussão entre o autor e van Fraassen ser exclusivamente referente ao Realismo Científico⁹), podemos estender esse domínio para todos os campos do saber, como a religião, por exemplo, desde que não desvirtuemos a dimensão pragmática intrínseca do conhecimento anterior: a necessidade de ser uma forma de conhecimento que passou por constantes processos avaliativos durante a história, sempre estando aberto à possibilidade de abandono

7 Van Fraassen, ao questionar a confiabilidade de IBE sempre fornecer a explicação verdadeira em sua conclusão, buscou atacar a dimensão do conjunto de alternativas examinadas por IBE. Seu argumento, apresentado na obra *Laws and Symmetry* (1989), ficou conhecido como o *Argumento do Conjunto Defeituoso* (*Bad Lot Argument*). Peter Lipton, ao comentar criticamente o argumento de van Fraassen, ofereceu uma interessante e didática reformulação: “Permanece sempre possível que a verdade esteja entre outras teorias que ninguém tenha considerado, e não existe forma de julgar o quão provável isto seja. A conclusão do argumento é a de que, a despeito de a melhor das teorias produzidas poder ser verdadeira, os cientistas nunca possuem boas razões para acreditar nisto. Eles sabem qual das teorias rivais que eles testaram provavelmente seja a verdadeira, mas eles não sabem como julgar a probabilidade de que qualquer destas teorias o seja” (LIPTON, 2010, p. 314).

8 “Em linhas gerais a ideia básica desta noção é a de que cientistas produzem suas hipóteses e teorias a partir do conhecimento disponível em seu campo de atuação: o conhecimento anterior. Do mesmo modo, quando da avaliação comunitária de uma hipótese, cientistas tendem a considerar a relação que essa hipótese estabelece com o conhecimento anterior consolidado. A ideia geral é a de que a confiabilidade de um conhecimento já consolidado é um guia para sabermos se estamos, quando da produção de uma novidade, diante de uma produção científica igualmente confiável. Assim, tal noção parece ser de fundamental importância para a compreensão de alguns aspectos da ciência” (SILVA e MINIKOSKI, 2017, pp. 54-55).

9 Para um maior aprofundamento sobre o papel do conceito de conhecimento anterior e sua relação com o Realismo Científico, ver: *Uma análise latouriana do conceito de Conhecimento Anterior e seu emprego no Realismo Científico* (SARDI, 2020).

caso não seja mais satisfatório, além de sua natureza estar relacionada à implicação necessária de ser pragmaticamente provável/testável (e, conseqüentemente, refutável/falível) e servir de guia para nossas inferências futuras.

O valor do conhecimento anterior também transparece na análise de IBE proposta por Peter Lipton em sua obra *Inference to the Best Explanation* (2004). Lipton, em seu trabalho, examina minuciosamente o mecanismo seletivo operado por IBE e esclarece que o raciocínio opera através de dois filtros epistêmicos. O primeiro filtro seleciona, partindo do conhecimento prévio do sujeito, um conjunto de hipóteses potenciais para explicar o fenômeno em questão. O segundo filtro, por sua vez, parte do restrito conjunto selecionado pelo primeiro estágio e, também sustentado pelo conhecimento anterior, seleciona a hipótese explicativa potencial mais plausível para o fenômeno baseado em suas considerações explicativas. Essa hipótese é, por fim, a melhor explicação.

De acordo com Lipton, em nosso raciocínio nós utilizamos o primeiro filtro para selecionar um grupo de explicações plausíveis para um fenômeno observado de um vasto conjunto de possíveis explicações. Então utilizamos um segundo filtro para selecionar a melhor explicação do grupo de explicações plausíveis concorrentes. (CAMPOS, 2011, p. 434)

As considerações explicativas da hipótese eleita como melhor explicação estão intrinsecamente relacionadas à virtude pragmático-explicativa da própria hipótese, isto é, sua capacidade efetiva de explicar o fenômeno produzindo resultados palpáveis que se adequam aos critérios já estabelecidos previamente pelo próprio conhecimento anterior. Nesse sentido, o conhecimento anterior delimita o conjunto de hipóteses potenciais, excluindo aquelas que são absurdas ou não são da mesma natureza epistêmica do problema em questão e seleciona a melhor hipótese de acordo com suas virtudes epistêmicas e pragmáticas – desde que estejam de acordo com o que já está estabelecido. Para Lipton, IBE, mais do que um simples *slogan*, é um efetivo mecanismo epistêmico de seleção.

De acordo com a Inferência da Melhor Explicação, nossas práticas inferenciais são governadas por considerações explicativas. Através de nossos dados e crenças anteriores, inferimos o que iria, se for verdade, fornecer a melhor das explicações concorrentes que podemos gerar desses dados (desde que o melhor seja bom o suficiente para fazermos qualquer inferência). (LIPTON, 2004, p. 56)

Podemos sintetizar que os pontos centrais de IBE são: i) IBE opera seletivamente dentro de um conjunto de alternativas rivais que se propõe a responder a um mesmo problema em comum; ii) a seleção é operada de acordo com o pressuposto base: o conhecimento anterior; iii) o conhecimento anterior se refere ao conhecimento consolidado no passado (através de seleção e verificabilidade) guiando assim nossas inferências e avaliando as virtudes epistêmicas das hipóteses; iv) essa forma de conhecimento é falível por natureza, visto um dia ter dependido do conhecimento anterior precedente; v) a única forma efetiva de averiguar se uma hipótese é condizente com o conhecimento anterior é através de suas virtudes epistêmicas e explicativas, isto é, através de suas qualidades e sua capacidade em solucionar o problema; e vi) a verdade de uma hipótese e, conseqüentemente, sua aceitação definitiva, está intimamente relacionada com seus resultados pragmáticos na resolução do problema.

Partindo desse breve levantamento sobre o que é e como funciona IBE, bem como a natureza de seu pressuposto norteador – o conhecimento anterior – passemos então a apresentar sucintamente os pontos principais da argumentação proposta por van Holten para darmos sequência à nossa análise.

Teísmo como Inferência da Melhor Explicação para o crente teísta

Embora IBE tenha sido poucas vezes empregada em discussões de Filosofia da Religião¹⁰, a proposta apresentada por van Holten em seu célebre artigo *Theism and Inference to the Best Explanation*, publicado em 2002 na *Ars Disputandi*, pode ser considerada como a mais robusta empreitada com vistas a utilizar esse argumento em uma discussão sobre uma possível justificação da crença teísta. O escopo central do trabalho do autor é, sem pormenorizar, oferecer uma descrição da natureza da explicação religiosa teísta e mostrar que ela opera como uma IBE para o próprio crente.

Van Holten assume, em sua discussão, uma concepção de teísmo que engloba, além de uma perspectiva religiosa, moral e estética sobre o mundo, também uma capacidade explicativa “sobre tudo o que há” (VAN HOLTEN, 2002, p. 265). Nesse sentido, o teísmo deve ser encarado como uma postura metafísica que rivaliza com outras concepções, tal como o cientificismo¹¹ (que aqui engloba o naturalismo, materialismo, fisicalismo e reducionismo), por se propor o desafio de explicar toda a realidade física do Universo de maneira completa e objetiva.

Para o autor, o que ele chama de cientificismo é uma opção e resultado cultural e não necessariamente uma perspectiva implicada pela prática científica. O cientificismo se traduz como uma visão de mundo que defende que tudo pode ser explicado e reduzido ao que a ciência tem a oferecer e não há possibilidade legítima para ir além disso, como, por exemplo, creditar algum fenômeno do Universo a alguma entidade mística ou divina. Porquanto o teísmo é a visão de mundo que, não obstante possa aceitar os resultados da ciência, advoga que há no Universo um princípio divino relacionado à sua origem e ordenação (VAN HOLTEN, 2002, p. 266).

Embora possam ser consideradas equivalentes por desempenharem um papel semelhante na vida daqueles que as adotam, conferindo certa significatividade existencial à vida, ambas as visões de mundo – teísmo e cientificismo – podem ser encaradas como rivais em suas tentativas de explicar a realidade. E, apesar de serem noções de cunho metafísico¹², podem ser defendidas racionalmente através de argumentações

10 Apesar do fato de que em algumas vezes seja possível ver algum autor citando brevemente ou quase informalmente a expressão “inferência da melhor explicação” ou somente “melhor explicação”, poucos artigos foram escritos tratando especificamente de uma possível relação entre o clássico argumento de IBE e tópicos da Filosofia da Religião. Basicamente podemos elencar três textos importantes que se propuseram a esse objetivo, sendo eles: *God, Other Minds, and the Inference to the Best Explanation* (1974) de Philip A. Ostien; *Inference to the Best Explanation* (1997) de Philip Clayton; e *Theism and Inference to the Best Explanation* (2002) de Wilko van Holten, esse último sendo o objeto de análise nesse trabalho.

11 O conceito “cientificismo” aqui é uma tradução direta de “*scientism*”. Uma possível tradução alternativa seria o termo “cientismo”. Embora alguns autores aleguem que existem algumas diferenças filosóficas entre cientismo e cientificismo, aqui eles podem ser interpretados como sinônimos por desempenharem a mesma função semântica na nossa discussão: representar uma visão de mundo – uma meta concepção – que deposita uma fé positivista, absoluta e exclusiva nas explicações e modelos explicativos das ciências para explicar a realidade do mundo.

12 Pode-se argumentar que o cientificismo não é uma concepção metafísica por abarcar o materialismo e o

baseadas em “evidências”. Essas evidências são, na verdade, “qualquer consideração intelectual que se relaciona com a verdade ou falsidade de visões metafísicas” (VAN HOLTEN, 2002, p. 267), ou seja, qualquer elemento de ordem subjetiva ou não, que venha a corroborar ou debilitar a adoção de uma das perspectivas metafísicas.

Porém, a questão é que tais evidências só podem ser consideradas evidências caso elas estejam de acordo com a visão de mundo que as pressupõe como tal. A confirmação de uma visão de mundo como a teísta através de evidências, por exemplo, só se torna possível se adotarmos os pressupostos de base do próprio teísmo que conferem significatividade e sentido aos fatos para que se tornem evidências.

Esquemas abrangentes da realidade são confirmados na medida em que os fatos são como se poderia esperar se esses esquemas fossem verdadeiros. Por outro lado, uma hipótese metafísica é desconfirmada se os fatos são realmente estranhos com o que alguém espera, dada a hipótese. Um grande número de pensadores, desde tempos antigos, pensou que este é o caso com respeito à hipótese do teísmo em vista do mal em nosso mundo. Por outro lado, dada a hipótese teísta, podemos esperar que o mundo, entre outras coisas, seja racionalmente ordenado, exiba muitos exemplos de bondade e beleza e que as pessoas ocasionalmente experimentem a presença divina, e o teísmo é confirmado na medida em que isso é o caso. (VAN HOLTEN, 2002, p. 267)

Por essa razão o autor defende que não é necessariamente a virtude explicativa da crença em Deus que opera para sua aceitação primária para o sujeito, mas sim os aspectos da vida como crente que tornam possível sua inferência. Por conseguinte, a crença em Deus não é inferida com base em evidências, mas é assumida previamente por alguma outra razão e é graças à virtude da própria crença que esta se torna viável e sua aceitação repleta de sentido¹³.

Essas condições primárias que viabilizam a aceitação da hipótese teísta ocupa, segundo van Holten, o papel que o conhecimento anterior desempenha na avaliação das hipóteses na ciência, balizando o valor das virtudes explicativas das hipóteses em casos de competição. Sendo assim, quando há uma disputa entre teísmo e cientificismo, o que determina a justificação e avaliação das virtudes epistêmicas das hipóteses é a visão de mundo na qual o sujeito está inserido: se o julgador for um cristão teísta, o teísmo é considerado a melhor explicação; porém, se o julgador for um cientificista, é provável que o cientificismo seja considerado a melhor explicação, dados seus pressupostos de avaliação assumidos anteriormente pelo avaliador.

[...] quando falamos de crença religiosa explicando qualquer coisa, o que estamos tratando é sempre e necessariamente “explicação dentro dos limites da religião”: apenas aqueles que adotam uma estrutura teísta e, conseqüentemente, veem as coisas de uma perspectiva teísta, concordarão com a afirmação de que essa perspectiva faz mais sentido de todas as evidências disponíveis. (VAN HOLTEN, 2002, p. 280)

naturalismo. Todavia, o termo “metafísico” aqui significa uma meta-concepção de conhecimento e realidade não passível de experimentação.

13 “A crença teísta está, em última análise, enraizada em uma resposta a uma realidade pessoal transcendente, resultando em um compromisso com uma vida de oração, adoração e autotransformação. É somente a partir desse compromisso básico que o teísta reflexivo extrapola (se esse é o termo adequado) e tenta mostrar que sua crença dá sentido a todas as evidências disponíveis” (VAN HOLTEN, 2002, p. 267).

Caso desejemos formatar a IBE proposta por van Holten para legitimar a adoção do teísmo pelo teísta, uma possibilidade seria a seguinte:

1. a existência do Universo deve ser explicada;
2. o teísmo, de acordo com as evidências (que só possuem significatividade dentro do próprio teísmo), explica melhor a existência do Universo do que o cientificismo e todas as outras hipóteses rivais;
3. conclusão: o teísmo é a melhor explicação disponível e também é passível de crença em sua verdade.

É possível notar que na estrutura do raciocínio de van Holten a premissa (2) está condicionada à visão de mundo prévia do sujeito que o executa, visto que esse mesmo sujeito está condicionado por seus pressupostos de crença delimitadores. Dessa forma, caso esse mesmo raciocínio seja operado por um cientificista, ele pode apresentar uma conclusão completamente diferente.

A argumentação central de van Holten basicamente está sintetizada no que foi exposto acima¹⁴. Em suma, para o autor esse processo de justificação da crença pelas próprias virtudes da crença funciona, na mente do teísta, como uma inferência da melhor explicação. Objetarei na seção seguinte que, embora seja coerente o raciocínio de van Holten sobre a natureza da crença teísta, essa forma de inferência baseada em evidências circulares não é uma forma de IBE.

Objecções ao uso de IBE como raciocínio justificador da adoção do teísmo

A tentativa de justificar a adoção do teísmo através de uma suposta IBE proposta por van Holten é, a meu ver, repleta de problemas de ordem conceitual no que se refere à dinâmica seletiva operada por IBE. Todavia, apresentarei a seguir ao menos quatro objeções, sendo a primeira, a meu ver, mais fraca por tratar de elementos de ordem subjetiva na própria argumentação do autor e as outras três mais fortes por se referirem propriamente ao uso falho da seletividade de IBE e a desconsideração de seu pressuposto base, o conhecimento anterior¹⁵.

A primeira objeção que pode ser levantada, de teor mais fraco e subjetivo, é a de que o autor desconsiderou radicalmente que IBE só pode ser operada dentro de um conjunto de alternativas rivais que procuram explicar um mesmo problema específico. Nesse sentido, o que busco dizer é que teísmo pode divergir em grau e escopo do que o autor veio a chamar de cientificismo, visto que uma visão religiosa de mundo pode vir a ser interpretada exclusivamente somente como uma posição moral e estética

14 Vale ressaltar que van Holten vai além em seu artigo, buscando avaliar se é possível que o teísmo preencha os mesmos desideratos que uma teoria ou hipótese científica preenche ao ser considerada como a melhor explicação. O autor, com sucesso, consegue argumentar sobre tais aspectos, todavia, para meus interesses pontuais nesse artigo, não será necessário destrinchar esses tópicos, visto que a minha questão não é se a hipótese teísta pode ser considerada uma hipótese com valor explicativo, mas sim que ela não se enquadra no raciocínio seletivo de IBE de acordo com a proposta elaborada pelo autor.

15 Justifico que chamo por “fraca” a objeção de cunho subjetivo por ser mais simples de refutação desde que se adote outra perspectiva subjetiva que tome o cientificismo como radicalmente oposto e rival do teísmo. Por outro lado, chamo as objeções sobre o uso pontual de IBE como “fortes” por serem mais difíceis de refutar diante da análise das propostas originais de IBE por parte de Harman e Lipton conforme expostas na primeira seção do presente artigo.

sobre a vida, sendo mais uma perspectiva espiritual e subjetiva do que uma tentativa efetiva de explicar o Universo (como o próprio van Holten reconhece [2002, p. 263]). Portanto, talvez, teísmo e cientificismo não deveriam estar em um mesmo conjunto a ser analisado por IBE, visto se proporem a responder algumas questões divergentes, embora outras possam possuir certa tangência (de acordo com as noções adotadas).

Após essa objeção de índole perspectivista¹⁶, adentremos nas críticas voltadas especificamente aos problemas concernentes ao uso de IBE. O segundo problema que a proposta de van Holten sofre está intimamente relacionado com a desconsideração do papel pragmático do conhecimento anterior na seleção de alternativas. O que podemos ver ao compararmos a empreitada do autor e as definições oferecidas na primeira seção do presente trabalho é que a argumentação de van Holten não se trata de uma IBE, pois, embora a inferência do teísmo como melhor explicação por parte do crente teísta seja compreensível, esse processo inferencial não foi submetido ao crivo seletivo do argumento de IBE, já que esse tipo de inferência da crença pelas próprias virtudes da crença, embora com certo teor explicativo, não é passível de garantia através daquilo que foi chamado de conhecimento anterior, o qual, tal como a própria conclusão de IBE (CHIBENI, 2006, p. 223), é falível (ao menos durante sua construção)¹⁷.

Há uma diferença epistêmica entre o conhecimento anterior estabelecido, no sentido de ser um guia passível de falibilidade e sustentado por seus efeitos pragmáticos na dinâmica de produção do conhecimento e aceitação de uma hipótese, e o condicionamento operado por princípios ou pressupostos fixos que predeterminam e condicionam uma escolha sem voltar o olhar para possíveis efeitos palpáveis para fundamentar essa decisão. IBE é um processo seletivo, não um processo de condicionamento¹⁸.

16 Outra objeção nessa direção poderia ser levantada contra a proposta de van Holten, mas não seria especificamente relacionada ao uso de IBE por parte do autor. Essa crítica se assenta no fato de que uma variância do cientificismo (em um grau menos radical que não implique no ateísmo materialista) não é completamente incompatível com o teísmo cristão, pois, visto nesse caso serem perspectivas sem teor doutrinário completamente fixo, alguém pode tentar conciliar a noção de que a ciência explica efetivamente o Universo e seus detalhes e, mesmo assim, acreditar na existência de Deus adotando uma visão de mundo marcadamente cristã. Embora seja possível objetar que o teísmo cristão siga um compêndio dogmático não passível de revisão perspectivista e incompatível com o cientificismo, pode-se também argumentar que determinado sujeito possa tentar explicar os episódios ou elementos do cristianismo à luz da ciência e mesmo assim adotar noções religiosas do cristianismo simplesmente por opção moral e se autodenominar cristão. Se a pessoa é teísta (cristão ou não) ou cientificista, isso é uma questão completamente subjetiva que pode variar conforme a definição de teísta, cristão ou cientificista adotada. Já sobre a não rigidez das definições, sabe-se que o cristianismo tem uma série de doutrinas de base e outras que são mutáveis dependendo de cada variância denominacional, bem como que o cientificismo geralmente é interpretado como um materialismo radical ateuista ou, em casos mais brandos, como uma visão de ciência fortemente *realista* (embora essa última assertiva seja passível de controvérsias). Porém, aqui vale ressaltar que van Holten não ofereceu em seu texto uma definição específica do que é o teísmo cristão propriamente dito e quais diretrizes ele deve tomar para se manter nessa condição, além da crença necessária em um Deus suprassensível e criador de todas as coisas: “Mas a hipótese do teísmo cristão também é metafísica em outro sentido, em que seu postulado central, Deus, é uma entidade suprassensível, ou seja, uma entidade além da percepção sensorial. Deus, de acordo com a crença cristã tradicional, é um Espírito transcendente que é ‘diferente’ do mundo criado e, portanto, não pode ser localizado dentro do mundo físico” (VAN HOLTEN, 2002, p. 265).

17 Todo conhecimento anterior consolidado é passível de falibilismo por natureza. Contudo, após sua consolidação como um conhecimento efetivo, as pessoas passam a tomá-lo como uma forma de conhecimento acabado, verdadeiro.

18 E, portanto, a conclusão de IBE não pode ser uma inferência perspectivista, tal como o teísmo ou o cientificismo, mas sim uma inferência que seja resultado de um processo de seletividade epistêmica que exclui elementos de condicionamento psicológico por *petitio principii* para determinada opção inferencial.

É digno de nota que van Holten argumenta sólida e magistralmente que a crença teísta pode compartilhar de algumas virtudes explicativas que corroboram uma hipótese científica dada como a melhor explicação, como: coerência, simplicidade etc. (VAN HOLTEN, 2002, pp. 272-274). Entretanto, a inferência do teísmo proposta pelo esquema do autor não possui relação de coesão com aquilo que foi determinado como conhecimento anterior pelos autores de Filosofia da Ciência, pois o que guia a avaliação das virtudes do teísmo é a própria natureza da hipótese teísta e não uma forma de conhecimento capaz de refutar ou corrigir erros da alternativa hipotética.

Em suma, enquanto IBE pressupõe uma avaliação entre alternativas que seja pautada por critérios verificáveis e essa verificabilidade epistemológica é atestada através dos resultados pragmáticos da hipótese e sua relação com o conhecimento anterior, por outro lado, a crença teísta é uma visão de mundo que não se adequa a esse tipo de verificabilidade empírica falível, pois visões de mundo englobam elementos de ordem metafísica que não são passíveis de falibilismo¹⁹. Basicamente, se não há uma seleção operada pelas virtudes do conhecimento anterior estabelecido e nem a possibilidade de verificação pragmática²⁰, então não há uma IBE efetiva de fato.

IBE, apropriadamente entendida, não é apenas inferir algumas hipóteses de conjuntos aleatórios que surgiram por acaso, mas decidir entre sérias concorrentes com base em nosso melhor conhecimento anterior. (DAY e KINCAID, 1994, p. 286)

Outra dimensão do raciocínio inferencial de van Holten que se afasta do modelo de IBE, e aqui se configura como a terceira crítica contra a proposta do autor, é a ausência da consideração de alternativas hipotéticas concorrentes. Como argumenta Silva e Castilho (2015) baseados na obra *Exceeding our Grasp* (2006) do filósofo Kyle Stanford, para uma hipótese ser efetivamente considerada como uma alternativa rival séria, ela deve ser, ao menos, "(i) uma hipótese real (portanto disponível na literatura científica); (ii) conhecida pelo proponente (ou defensor) da hipótese original; e (iii) ser uma alternativa plausível, séria e situada no domínio conceitual do proponente (ou defensor) da hipótese originária" (SILVA e CASTILHO, 2015, p. 246). No entanto, o que vemos é que, de acordo com van Holten, a inferência de justificação do teísmo não situa o cientificismo (ou qualquer outra alternativa) como (iii) *uma hipótese plausível* para responder à questão sobre a existência do Universo.

19 O termo "metafísico" aqui merece alguns esclarecimentos. Alegar que IBE não pode ser empregada em discussões desse teor pode ser considerado um contrassenso, visto que o maior uso do raciocínio é na justificação da postura metafísica do Realismo Científico. Contudo, há uma diferença entre a inferência da metafísica do Realismo Científico por IBE e a inferência de uma macrovisão de mundo metafísica como o teísmo: enquanto a inferência do Realismo está baseada na inferência das entidades inobserváveis na ciência e essa inferência é legitimada pelo conhecimento anterior e pelos resultados reais das teorias científicas (evidências de fato), ou seja, sua pragmaticidade; a inferência da visão de mundo metafísica do teísmo cristão não está sujeita a esse tipo de verificabilidade.

20 Vale ressaltar que embora o teísmo possua uma série de dogmas, a postura teísta pode também estar sob uma constante avaliação pragmática e valorativa por parte dos crentes teístas, o que pode, inclusive, permitir uma readequação com princípios cientificistas, conforme nossa argumentação, sem comprometer o princípio básico do teísmo: a crença em Deus. Todavia, essa reavaliação da crença religiosa não parece se adequar aos moldes propostos por IBE, visto que não engloba os mesmos elementos de ordem falibilista e seletiva que transparece na dinâmica científica, mas sim uma postura subjetiva que varia conforme a perspectiva individual de cada crente. Aqui encontramos outra característica do raciocínio de IBE: o resultado de IBE na ciência deve ser partilhado comunitariamente, pois a comunidade científica deve partilhar de métodos e critérios avaliativos para o desenvolvimento de determinada disciplina científica (FOUREZ, 1995, pp. 94-95), enquanto a crença religiosa, embora possa ser compartilhada, seu cerne diz mais respeito a valores morais e estéticos individuais.

Esse aspecto excludente da inferência do teísmo se dá pelo fato do argumento buscar ser uma resposta baseada em evidências que só possuem significatividade dentro da própria ótica teísta, e, nesse sentido, somente o teísmo é uma resposta possível, plausível e coerente para responder à questão, sendo todas as outras insuficientes ou incoerentes por não atenderem às evidências propostas. Por fim, essa condição do argumento de van Holten culmina na necessidade de uma nova caracterização da sua forma de raciocínio, a qual será apresentada adiante.

A quarta crítica levantada contra a empreitada de van Holten possui íntima relação com a segunda e terceira críticas elencadas e se deve à própria natureza da justificação da crença teísta que, conforme exposto pelo próprio autor, pressupõe sua aceitação como única possibilidade plausível, o que acaba por eliminar qualquer possibilidade de seleção – que é um dos marcos fundamentais de IBE. Dito de outro modo, se o teísmo oferece os próprios pressupostos para sua aceitação, não há uma efetiva seleção devido à ausência de um mecanismo ou princípio epistêmico neutro (no sentido de avaliação moderada) para guiar IBE, uma vez que inferir que para o crente teísta o teísmo é a melhor das visões de mundo possíveis é cair em uma petição de princípio, visto que essa inferência parte dos pressupostos assumidos pela própria hipótese a ser considerada, o que faz com que ela mesma seja a única opção aceitável²¹. Nesse sentido, se pode dizer que a proposta de van Holten deveria ser chamada de *inferência da única explicação possível*²², visto excluir toda possibilidade de uma seleção efetiva entre alternativas rivais.

A ausência da consideração de hipóteses rivais no raciocínio de van Holten, bem como a inexistência de um princípio moderador confiável, tal como o conhecimento anterior, denota que o autor incide na tentativa de empregar IBE fora do contexto epistemológico adequado, o qual garantiria um resultado confiável na conclusão do raciocínio (STANFORD, 2006, p. 36). Tentativas de emprego de IBE em casos de senso comum ou em situações que não preenchem os requisitos básicos para o uso adequado do raciocínio, acabam por transformar IBE em um *slogan* trivial, nada mais do que uma mera expressão que denota que algo foi considerado como a *melhor explicação*. Isso é algo problemático, pois IBE é uma estrutura de raciocínio séria que pressupõe importantes elementos necessários para operar uma seletividade epistêmica válida, confiável e concreta.

Pelas quatro razões alegadas acima - (i) teísmo e cientificismo nem sempre se propuserem a responder ao mesmo problema; (ii) ausência do conhecimento anterior como mecanismo garantidor da seleção através de princípios pragmáticos neutros; (iii) desconsideração de hipóteses rivais sérias; e (iv) condicionamento exclusivo para a inferência de uma única alternativa através de petição de princípio - defendo que a proposta de van Holten, apesar de perspicaz e elucidativa em alguns pontos sobre a

21 A questão é que IBE busca solucionar problemas epistêmicos reais para aquele que a executa, enquanto a crença teísta, segundo a própria argumentação do autor, é algo trivial, visto que a real existência de Deus não chega a ser um problema para o teísta, pois já é um dado prévio. Van Holten retoma e aprofunda a questão acerca da existência de Deus como uma autoexplicação em outro trabalho: *God, Necessity, and Self-Explanation* (2003).

22 Não confundir com a noção de *Inferência da Única Explicação* de Alexander Bird exposta em seu artigo *Inference to the Only Explanation* (2014), pois a proposta de Bird, além de se referir a uma avaliação de teorias científicas, não descarta a importância e a efetividade da competição entre hipóteses rivais.

natureza da adoção da crença teísta, não se aproxima em nenhum aspecto daquilo que é chamado de IBE em Filosofia da Ciência, pois se afasta dos pressupostos principais que conferem a significatividade particular dessa forma de raciocínio.

Considerações finais

Independentemente da reflexão de van Holten não se configurar como uma IBE propriamente dita, é necessário reconhecer o mérito do autor em clarificar em certa medida como ocorre a justificação psicológica da fé teísta por parte do próprio crente, dando uma significativa contribuição para a Filosofia da Religião em geral e principalmente às discussões sobre a justificação racional da fé. Não obstante, também é necessário reconhecer que os conceitos, raciocínios e argumentos de uma determinada área da Filosofia não são restritos e exclusivos daquela área, mas, para serem utilizados em outras discussões, deve-se procurar manter ao menos os principais elementos constituintes que caracterizam a ferramenta filosófica. Isso não significa, todavia, que eles não podem ser resignificados ou alterados para servirem como ponto de partida para novas reflexões – desde que fiquem claras as alterações.

Por fim é necessário fazer uma distinção crucial: uma coisa é dizer que algo é a melhor explicação, outra é afirmar que é uma IBE. Isto é, há uma diferença fundamental em usar a expressão “melhor explicação” e dizer que algo passou pelo argumento filosófico da “inferência da melhor explicação”. Aparentemente van Holten não distinguiu adequadamente esses dois aspectos e acabou em uma confusão semântica ao relacionar o que a própria visão de mundo teísta toma para si, ou seja, que é a melhor explicação do Universo, e o que Harman e Lipton tentaram expressar através do raciocínio filosófico de IBE, o qual pressupõe necessariamente a existência de hipóteses falíveis rivais que se proponham a responder a um mesmo problema e um mecanismo de seleção pautado no conhecimento anterior (que por sua vez é guiado por critérios pragmáticos e verificáveis).

Concluo esse breve artigo exaltando o trabalho de van Holten, mas com a ressalva de que a proposta do autor acabou sendo uma resignificação que descaracterizou o argumento de IBE. Todavia, isso não quer dizer que IBE não possa ser utilizada em discussões de Filosofia da Religião, muito pelo contrário, acredito que seja possível de alguma maneira, visto ser uma ferramenta versátil para tratar de processos seletivos de hipóteses. Contudo, não proponho aqui uma alternativa ou caminho para esse feito, pois excederia o escopo do presente artigo, bem como minhas capacidades.

Referências Bibliográficas

BIRD, A. Inferência da Única Explicação. Tradução de Marcos Rodrigues da Silva. *Cognitio*, vol. 15, n. 2, 2014.

_____. Scientific Revolutions and Inference to the Best Explanation. *Danish Yearbook of Philosophy*, vol. 34, pp. 25-42, 1999.

CAMPOS, D. On the distinction between Peirce's abduction and Lipton's Inference to the best explanation. *Synthese*, vol. 180, no. 3, 2011.

CHIBENI, S. Afirmando o consequente: uma defesa do realismo científico. *Scientiae Studia*, vol. 4, n. 2, 2006.

CLAYTON, P. Inference to the Best Explanation. *Zygon*, vol. 32, no. 3, 1997.

DAY, T.; KINCAID, H. Putting Inference to the Best Explanation in its Place. *Synthese*, vol. 98, 1994.

FOUREZ, G. A Construção das Ciências: introdução à filosofia e à ética da ciência. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

HARMAN, G. Inferência da Melhor Explicação. Tradução de Marcos Rodrigues da Silva e Mirieli Sicote de Lima. *Dissertatio*, vol. 47, 2018.

LIPTON, P. Inference to the best explanation. London: Routledge, 2004.

_____. É o melhor bom o suficiente?. Tradução de Marcos Rodrigues da Silva e Alexandre Meyer Luz. *Princípios*, vol.17, n. 27, 2010.

OPPY, G. Atheism, The Basics. London: Routledge, 2018.

_____. The Best Argument Against God. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

OSTIEN, P. God, Other Minds, and the Inference to the Best Explanation. *Canadian Journal of Philosophy*, vol. 4, no. 1, 1974.

PLANTINGA, A. Conhecimento e Crença Cristã. Brasília: Academia Monergista, 2016.

PSILLOS, S. On van Fraassen's Critique of Abductive Reasoning. *The Philosophical Quarterly*, vol. 46, no. 182, 1996.

SARDI, G. C. Uma análise latouriana do conceito de conhecimento anterior e seu emprego no realismo científico. *Kínesis*, vol. 12, n. 31, 2020.

SILVA, M. O problema da aceitação de teorias e o argumento da inferência da melhor explicação. *Cognitio*, vol. 12, 2011.

_____. Paul Thagard e a Inferência da Melhor Explicação. *Cognitio*, vol. 18, n. 1, 2017.

_____; CASTILHO, D. Inferências eliminativas e o problema das alternativas não concebidas. *Filosofia Unisinos*, vol. 16, 2015.

_____; et al. Realismo e Inferência da Melhor Explicação. *Dissertatio*, vol. 47, 2018.

_____; MINIKOSKI, D. Van Fraassen e a Inferência da Melhor Explicação. *Problemata*, vol. 7, n. 1, 2016.

_____; _____. A Filosofia da Ciência e o conceito de Conhecimento Anterior. *Problemata*, vol. 8. n. 3, 2017.

STANFORD, K. *Exceeding our Grasp*. Oxford, Oxford University Press, 2006.

SWINBURNE, R. *A Existência de Deus*. Tradução de Agnaldo Cuoco Portugal. Brasília: Academia Monergista, 2015.

THAGARD, P. The Best Explanation: Criteria for Theory Choice. *The Journal of Philosophy*, vol. 75, 1978.

VAN FRAASSEN, B. *Laws and Symmetry*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

VAN HOLTEN, W. Theism and Inference to the Best Explanation. *Ars Disputandi*, vol. 2, no. 1, 2002.

_____. God, Necessity, and Self-Explanation. *Bijdragen: International Journal for Philosophy and Theology*, vol. 64, no. 2, 2003.

Recebido em: 05/Set/2020 - **Aceito em:** 13/Out/2020.